

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Considerações filosóficas sobre a leitura e divulgação de o príncipe no início da modernidade [Philosophical considerations about reading and dissemination of the prince at the beginning of modernity]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Jacarandá, Rodolfo
Publisher	Universidade de São Pablo
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-03 07:55:32
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/228141">http://hdl.handle.net/20.500.12424/228141</a>

# CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS SOBRE A LEITURA E DIVULGAÇÃO DE *O PRÍNCIPE* NO INÍCIO DA MODERNIDADE

Rodolfo Jacarandá<sup>1</sup>

Resumo: *O Príncipe* é um texto político fundador da modernidade. Sua divulgação foi tão polêmica que é bastante difícil ter uma noção exata acerca das próprias ideias de Maquiavel com relação aos propósitos de sua obra. Criado a partir das repercussões ao texto do pensador florentino, o conceito de *maquiavelismo* identifica o pensamento político moderno de tal forma que o surgimento dos termos *soberania* e *Estados* e associaram a ele quase como sinônimos. Analisarei algumas das principais reações imediatas a *O Príncipe* para mostrar a gênese do maquiavelismo no cenário dos conflitos interpretativos em disputa na ebulição do Estado moderno. Meu objetivo é dar suporte à tese de que o pensamento de Maquiavel foi fundamental para as rupturas que deram origem à modernidade política, independentemente de suas reais intenções.

Palavras-chave: *O Príncipe* – maquiavelismo – soberania – Estado – divulgação

Nenhum texto de natureza política teve propagação equivalente ao polêmico *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Mais do que um motivo para debates acirrados, o pequeno opúsculo do secretário florentino se tornou um texto decisivo e de enorme influência no cenário das guerras de religião da contrarreforma, contribuindo para a invenção da noção moderna de soberania.

Há algumas décadas, as análises acerca do significado do pensamento de Maquiavel em *O Príncipe* estão sendo reconsideradas em face de uma melhor avaliação da forma como o texto agiu sobre a cultura política do Renascimento e, logo após, sobretudo, diante do surgimento e da consolidação da forma política do Estado<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rfjacaranda@uol.com.br

<sup>2</sup> FIRPO, *Scritti sul pensiero politico del Rinascimento e della Controriforma*. Intr.

Apesar da fama de “autor puramente satânico de livros didáticos sobre como deve viver um tirano”<sup>3</sup> popularizada pelos panfletos e peças de teatro da época, também é possível encontrar entre os mesmos grupos sociais vários propagadores de *O Príncipe* que o destacavam como a solução sonhada em busca da tolerância e do secularismo.

De modo geral, as repercussões ao livro deram origem a um movimento de ideias que ficou conhecido como *maquiavelismo*, conceito este popularizado como sinônimo de outra expressão bastante usada na época em discussões sobre os assuntos políticos, a expressão *razão de Estado*. A rigor, Maquiavel foi tratado por muitos de seus pares como o fundador da razão de Estado na modernidade. Mas o significado de “maquiavelismo” e “razão de Estado” variou bastante entre os autores dos séculos XVI e XVII, chegando a se confundir com a reformulação e a utilização de conceitos como *política* e *soberania* e, evidentemente, *Estado*.

Com o objetivo de compreender melhor como a leitura de *O Príncipe* definiu os parâmetros discursivos sobre a arte de governar no início da era moderna, farei uma análise das repercussões sobre o maquiavelismo em três momentos distintos: (I) analisarei algumas das reações imediatas a Maquiavel, na península italiana, responsáveis por iniciar a polêmica em torno do surgimento de novos parâmetros discursivos sobre a natureza da atividade governamental – incluindo o surgimento da expressão *razão de Estado* e seus significados, atribuídos ao texto maquiaveliano; (II) em seguida reconstruirei a forma como o livro foi lido e divulgado durante os conflitos das guerras de religião na Inglaterra, França e Espanha, contrapondo questionamentos morais e a realidade dos enfrentamentos provocados pelo caos da reforma protestante e o fim da Idade Média; e, por fim, (III) farei um resumo das reações tardias ao maquiavelismo nos territórios imperiais (Alemanha, Áustria e etc.) e na França, as quais foram fundamentais para a sedimentação do estatismo moderno. Com o exemplo da obra de Alberico Gentili, mostrarei, em conclusão, como as premissas de *O Príncipe* não só serviram de base para o surgimento da linguagem política moderna, mas também exerceram profunda influência na criação de dispositivos jurídico-políticos em vigor até hoje nas relações entre os Estados.

## I – A razão e o uso dos Estados: a carreira do maquiavelismo

Em muitos sentidos *O Príncipe* é um livro medieval: trata-se de um texto destinado a um líder específico, escrito sob demanda, para servir de espelho de virtudes (*specula*), descrevendo mecanismos que um governante deveria usar para manter seu posto e obter o

---

<sup>3</sup> MEINECKE, *L'idée de la raison d'État dans l'histoire des temps modernes*. p. 57.

sucesso na arte de governar. Dezenas de livros com o mesmo título e as mesmas intenções foram escritos desde séculos anteriores e, em tese, o texto de Maquiavel seria apenas mais um nessa longa lista. Maquiavel jamais usou o termo “política”, e em muitos aspectos seu texto não pode ser compreendido como a criação de uma teoria propriamente moderna sobre o governo. De modo geral, ele redefiniu a noção humanista de “virtude” a partir do conceito de *virtù*, entendido como disposição de fazer tudo o que fosse ditado pela necessidade para alcançar os mais altos objetivos<sup>4</sup>. Ao colocar em segundo plano o respeito incondicional à moral cristã diante do imperativo de manutenção da independência e estabilidade do principado, ele apresentava uma inovação revolucionária. Em última instância, o pensamento de Maquiavel chegou a definir as premissas para a secularização das comunidades políticas cujo fundamento seria, mais tarde, o direito natural e a consequência maior as constituições civis<sup>5</sup>.

Desde a morte de Maquiavel, em 1527, a circulação das ideias de *O Príncipe* – escrito em 1513, o livro só viria a ser publicado em 1531 – seria cada vez mais crescente e capaz de alterar o próprio objetivo da tradição dos *specula*, em razão da grande capacidade argumentativa perante a “dura realidade dos fatos”. Nos dezenove anos que separaram a redação de *O Príncipe* e sua publicação, o manuscrito teve grande repercussão. A partir de 1531/32 sua difusão foi rápida, apoiada pelas exigências de uma ordem de relações políticas em frenética mutação em toda a Europa cristã, em grande parte provocada pela reforma protestante, mas também pelas crises do Império e os abalos constantes na relação entre a nobreza e os monarcas.

Tomado pelo conjunto doutrinário de propostas que tinham por método a eficiência e por princípio a falta de princípios morais, o maquiavelismo difundiu-se rapidamente na renascença tardia, sendo basicamente compreendido por algumas regras como a possibilidade de mentir, a necessidade do segredo e a justificação dos meios em razão dos fins na condução dos assuntos do poder<sup>6</sup>. A esse grupo soma-se o uso arbitrário da violência para fins políticos, o ato de afastar os efeitos da lei e muitas outras medidas que poderiam ser usadas pelos governantes em detrimento dos governados, para garantir a estabilidade do corpo político. Com o tempo, esse conjunto de noções foi sendo assimilado pela expressão *razão de Estado*, rapidamente entendida como sinônimo do pensamento de Maquiavel.

O primeiro comentarista indireto do pensamento maquiaveliano foi um de seus colegas de profissão nos assuntos públicos florentinos, Francesco Guicciardini. Avesso à

---

<sup>4</sup> SKINNER, *Maquiavel*. p. 65

<sup>5</sup> TIERNEY, *Natural Law and Natural Rights - Old problems and recent approaches*. p. 401-402.

<sup>6</sup> SENELLART, *Machiavélisme et raison d'État – XIIIe-XVIIIe siècle*. Introdução.

crença do amigo no poder da história e nas esperanças protonacionalistas de unificação da península italiana, Guicciardini escreveu no seu *Dialogo del reggimento di Firenze* (1521-1526) que, ao seu tempo, muito se falava segundo a *ragione e uso degli stati*, opondo tal *ragione* ao modo cristão de considerar a organização da cidade<sup>7</sup>. Para Guicciardini, na direção do sucesso prático, determinada ação só tinha compromisso com seu próprio sucesso: *denominansi tutti li atti delli uomini o buoni o mali secondo el fine loro*<sup>8</sup>. Embora não se tenha qualquer pista de que Guicciardini tenha conhecido *O Príncipe*, ele chegou a escrever *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli sopra la prima Deca di Tito Livio*, antes que o *Discorsi* de Maquiavel tivesse sido publicado<sup>9</sup>.

Apesar de a influência de Guicciardini entre seus contemporâneos ter sido muito grande, o *Dialogo del reggimento di Firenze* só foi publicado trezentos anos depois de ter sido escrito. Assim, a primeira vez em que a expressão “razão de Estado” aparece, na forma em que permaneceria, foi numa *Orazione*, endereçada pelo “humanista” italiano Giovanni Della Casa ao Imperador Carlos V, pedindo a restituição de Piacenza ao Duque Ottavio de Farnese. Della Casa foi um dos responsáveis pela publicação do primeiro *index librorum prohibitorum*, no qual incluiu *O Príncipe*. A *Orazione scritta a Carlo V Imperatore intorno alla restituzione della città di Piacenza* foi escrita, provavelmente, no ano de 1547. Nela, Della Casa condena a *ragion degli Stati*, separando-a da *ragion civile*. Fortemente influenciado pelo Cícero do *De Officiis*, reclama do útil “che oggi si chiama ragion di Stato”<sup>10</sup> e insiste que se pode conduzir a política sem recorrer aos expedientes da *ragion di Stato*. Mais tarde, em outros textos, Della Casa viria a mudar sua opinião moralista diante das disputas políticas na península, mas a fama da *Orazione a Carlo V*, contudo, abafou essa guinada realista de Della Casa, propagandeando uma visão da *ragion di Stato* como uma denúncia de métodos incompatíveis com uma política cristã, algo que somente seria afrontado por Giovanni Botero, monge jesuíta, que publicou o primeiro tratado específico sobre o assunto, o *Della ragion di Stato*, em 1589.

O livro de Botero é relativamente extenso, dividido em dez capítulos; nele há espaço para a discussão, apenas no Libro Primo, de boa parte dos assuntos elencados por Maquiavel em *O Príncipe*. Entre os principais temas estudados pelo jesuíta, estão a causa da ruína dos Estados (*degli Stati*), sua conservação e seu engrandecimento, quais são os mais duráveis, quais virtudes são essenciais para um governante, a justiça, a liberalidade, a miséria dos súditos, os auxiliares do governo, etc.

---

<sup>7</sup> GUICCIARDINI, *Dialogo del reggimento di Firenze*. p. 230-231.

<sup>8</sup> GUICCIARDINI, *Se sia lecito condurre el populo alle buone legge con la forza non potendo farsi altrimenti*. p. 6.

<sup>9</sup> GILBERT, *Machiavelli and Guicciardini*. p. 266. Cf.: LUCIANI, Guicciardini and the Risorgimento.

<sup>10</sup> DELLA CASA, *Orazione a Carlo V imperadore per la restituzione della città di Piacenza*. p. 479.

A intenção de Botero, nessa obra de intenso caráter propositivo, é oferecer meios para a utilização de um sistema metodológico experimental que represente uma racionalização máxima dos procedimentos de comando, para formar consenso entre os súditos a respeito da autoridade do príncipe como função governamental. Botero alia a racionalização da arte de governar a um processo cauteloso de justificação de seus princípios segundo uma ética religiosa. Secretário pessoal de São Carlos Borromeu e zelador da contrarreforma, Botero é visto por muitos autores como um neutralizador dos impactos do maquiavelismo (Meinecke, Carl J. Friedrich, Vasoli, etc.)<sup>11</sup>. No momento em que as discussões sobre Maquiavel fervilhavam nas principais cortes europeias, Botero não podia concordar com as conclusões do florentino. Em vez de atacá-lo e acusá-lo, como era bastante comum, ele assume a tarefa de provar, no pequeno texto *De regia sapientia*, que o governo era a arte de criar e conservar o Estado, de nenhum modo incompatível com a observância da lei religiosa e moral. A obra tentava responder ao problema político central da contrarreforma, a crise aberta pelo maquiavelismo ao, pretensamente, dissociar a política da moral e reduzir a religião a um instrumento de poder. O esforço do monge jesuíta foi bem sucedido em dois aspectos: propôs meios para a melhor conservação do Estado e harmonizou a existência desses mecanismos com a justificação ético-religiosa do governo<sup>12</sup>. Por esse motivo, Botero ficou marcado como oportunista retrógrado; mas, independentemente da negação, a associação com o modo de pensar “à florentina”, no fim do século XVI, já havia atingido toda a Europa cristã, fragmentando opiniões sobre como se posicionar diante do inevitável maquiavelismo crescente nas relações de poder.

## II – A *politique*: a maldição italiana e o secularismo

Nas primeiras décadas do século XVII, termos como “absolutisme” ainda não eram comuns, e suas variações vinham sendo aplicadas às relações de poder de modo ainda difuso. O mesmo aconteceu com a palavra “política” e seu derivado “político”, cuja utilização em ampla escala esteve associada desde meados do século XVI às reações a *Il Principe*<sup>13</sup>,

---

<sup>11</sup> Nos escritos de Boccacini: “Apolo queixa-se de que o livro trata apenas de política em geral, sem menções daquelas razões de estado que o título de outro modo promete”. HASLAM, *A necessidade é a maior virtude – o pensamento realista nas relações internacionais*. pp. 66-69.

<sup>12</sup> VASOLI, *Machiavel inventeur de la raison d'État?* p 65.

<sup>13</sup> ORSINI, “Policy”: *Or the Language of Elizabethan Machiavellianism*. p. 134.

especialmente de modo pejorativo – embora Maquiavel apenas tenha escrito, nos *Discorsi*, algumas poucas vezes, a expressão adjetiva “vivere politico”<sup>14</sup>.

Apesar da imprecisão conceitual, a carreira do “escândalo Maquiavel” no Norte da Europa teve vida longa. No *Príncipe Cristão*, Erasmo, em resposta a Maquiavel, afirma que, se não for possível defender o Estado, “deve-se abandoná-lo e ceder às importunidades do tempo, para não corromper a justiça”<sup>15</sup>. Igualmente ofendidos, também atacaram Maquiavel Starkey, em *Apologia a Carlos V*; Roger Ascham, com *Relato e discurso*; Ribadeneira, em *Religião e as virtudes do príncipe cristão*<sup>16</sup>; e o mais ardoroso deles, na França, Innocent Gentillet, em *Anti-Machiavel, Discours d’État sur les moyens de bien gouverner contre Nicolas Machiavel*<sup>17</sup>.

Liderando a crítica espanhola a Maquiavel, Ribadeneira ataca a autonomia do governo civil diante da lei natural e divina, pois somente em face delas uma verdadeira prudência cristã é possível – crítica que ele estende a Bodin e aos protestantes Estienne, Hotman, De La Noue e Du Plessis Mornay. A razão de Estado católica do jesuíta espanhol consiste em descobrir os meios que permitem a leitura das vontades providenciais de Deus para melhor compreender o papel histórico designado à Espanha<sup>18</sup>. De modo geral, o pensamento espanhol em face da razão de Estado se manifesta por um anatematismo religioso nascido de um universo de ilusões em que a vida não é mais do que esperar por outra vida<sup>19</sup>. Além disso, os espanhóis repetiam a crítica a Maquiavel, aceitando, contudo, os efeitos da razão de Estado desde que ela tivesse por objetivo encetar a missão política da Espanha católica (Ribadeneira, Alonso Rémon, Barbosa Homem, Juan Blázquez Mayoralgo, Juan de Mariana, Gerónimo de Zevallos, Baltasar Gracián, Diego Saavedra Fajardo). Por fim, há ainda uma faceta do pensamento espanhol sobre a razão de Estado que consiste numa análise mais racional da conjuntura política caracterizada pela rejeição do fanatismo e da intolerância (Furió Ceriol, Alamos Barrientos, Alfonso de Lancina, Mateo López Bravo)<sup>20</sup>.

A reação francesa a Maquiavel teve duas frentes principais: a dos acadêmicos, que analisaram sua obra com cuidado e mantendo certa admiração inicial pela originalidade e

---

<sup>14</sup> WHITFIELD, *The Politics of Machiavelli*. Não há aparições da palavra *politica* (ou derivados) em *O Príncipe*, e apenas sete recorrências nos *Discorsi*, todas como *vivere político*.

<sup>15</sup> Sobre a repercussão do maquiavelismo na Inglaterra, cf. DONALDSON, *Machiavelli and mystery of state*.

<sup>16</sup> RIBADENEYRA, *Le Prince Chrestien*.

<sup>17</sup> GENTILLET, *Discours sur les moyens de bien gouverner et maintenir en bonne paix un Royaume ou autre Principauté Contre Nicolas Machiavel Florentin*.

<sup>18</sup> MÉCHOULAN, *La raison d’État dans la pensée espagnole au siècle d’Or*, 1550-1650. p. 253.

<sup>19</sup> YHARRASSARRY, “Contra políticos ateístas”. *Razón católica y monarquía hispánica en la segunda mitad del siglo XVII*.

<sup>20</sup> MÉCHOULAN, *La raison d’État dans la pensée espagnole au siècle d’Or*, 1550-1650. p. 263.

simplicidade da abordagem dos temas políticos, tomando-o por jurisconsulto mais do que por um “político” (*politique*) – palavra empregada em termos pejorativos, na maior parte dos casos, que designava ativistas moderados tendentes a aceitar o secularismo e a isenção do rei diante dos conflitos religiosos; e a dos polemistas interessados em utilizar o potencial ofensivo das propostas de Maquiavel, na confusão das opiniões que assolavam os partidos franceses durante as convulsões religiosas da segunda metade do século XVI. O representante mais enfático entre os polemistas foi Innocent Gentillet, um panfletário huguenote que, no calor do massacre da noite de São Bartolomeu de 1572 – episódio que julgava uma consequência da influência da doutrina de Maquiavel<sup>21</sup> –, refugiou-se na Suíça, a partir de onde continuou seu ativismo. Ele tentou promover uma política de tolerância para se proteger da perseguição aos protestantes e fez publicar vários panfletos dirigidos a Henrique III, como sinal de advertência sobre suas práticas políticas, além de um livro intitulado *O Anti-Machiavel*, o qual apareceu pela primeira vez em Genebra em 1576 e representa o mais sistemático ataque à propagação da doutrina do pensador florentino, buscando fazê-lo por meio da criação de uma caricatura de pensador maldito. Entre 1576 e 1655, o livro teve vinte e quatro edições.

O trabalho de repudiar a obra de Maquiavel era facilitado na França graças a uma enraizada xenofobia contra os italianos, a qual não se restringia aos protestantes revoltados com as perseguições atribuídas a Catarina de Médici e seus conselheiros. Tanto protestantes como Hotman (*Francogallia*, 1573) e Gentillet quanto católicos como Pasquier e Ayrault repeliram o barbarismo italiano que contaminava o pensamento francês<sup>22</sup>. Apesar da simpatia inicial, a academia francesa passou a ver a simplificação da história feita por Maquiavel como um símbolo da sua ineficiência e desconhecimento da ciência, outro símbolo da barbárie italiana<sup>23</sup>. A diferença de métodos utilizados por ambas as escolas era muito grande, mas a tradição contra os italianos ia mais longe, e o ataque ao maquiavelismo como símbolo maior de uma nova *política* (em oposição ao governo cristão) veio de protestantes e católicos, embora tenha encontrado também nas duas fileiras estranhos adeptos.

Alguns autores protestantes viram nos ataques de Maquiavel um protoprotestantismo disfarçado atuando contra as forças do Papado e seu domínio pernicioso. Matthias Flaccius Illyricus (1520-1575), acadêmico protestante, publicou em 1556 um *Catálogo das testemunhas da*

---

<sup>21</sup> MEINECKE, *L'idée de la raison d'État dans l'histoire des temps modernes*. p. 55 e ss. Contra a excessiva influência de Gentillet sobre a fama de Maquiavel: D'ANDREA, *The Last Years of Innocent Gentillet: 'Princeps Adversariorum Machiavelli'*.

<sup>22</sup> Apesar disso, Pasquier foi um desses autores que, por mais que atacasse Maquiavel, escreveu seu *Pourparler Du Prince* sustentando algumas das ideias do maquiavelismo corrente. Cf. PARKIN, *Machiavellism in Etienne Pasquier's "Pourparler du Prince"*.

<sup>23</sup> Sobre a influência de Gentillet nesse processo: KAHN, *Reading Machiavelli: Innocent Gentillet's Discourse on Method*.

*verdade* (*Catalogus testium veritatis*), no qual a igreja invisível de Lutero e Calvino ganhava visibilidade e especificidade, anunciando como testemunhas desse processo os grandes perseguidos pela Igreja Católica, como os cátaros, os albigenses, os valdenses, os hussitas e muitos outros que foram reinterpretados como membros dessa comunidade herética de apóstolos da nova igreja. Também entraram na lista Marsílio de Pádua, Jean Gerson, Lorenzo Valla e Maquiavel<sup>24</sup>. Enquanto isso, alguns católicos viam no maquiavelismo uma oportunidade para intensificar o processo de absolutização e reordenação pelo qual o país passava, o que implicava mais perseguições aos huguenotes. Apesar das associações algumas vezes absurdas e escandalosas, Jean Bodin reconheceu a importância de Maquiavel no *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* por superar mil e duzentos anos de barbárie e escrever inteligentemente sobre o governo<sup>25</sup>. Esse elogio seria negado alguns anos depois nos *Seis livros da república*, em parte como estratégia para se posicionar junto à monarquia no calor da intensificação dos conflitos na França<sup>26</sup>.

As agitações seguintes ao massacre de São Bartolomeu lançaram o nome de Maquiavel nas arenas das lutas religiosas, afastando-o dos critérios acadêmicos, mas aproximando-o dos *politiques*, ora como zeloso do poder real ora como estrategista frio das ações governamentais, reunindo-o à coleção dos “vilões de Florença”. Embora a visão de que um *politique* era, por função, um semeador de vícios e discórdias, a proposta de destruir as fundações religiosas da monarquia francesa (pregada, claro, pelos antimachiavelistas) sutilmente fez adeptos numa dessas outras enviesadas associações aos seus escritos: a dos que pregavam a tolerância religiosa. O “apóstolo do Estado secular” na França começou a superar a do “murderous Machiavelli” de Shakespeare. Apesar da sua visão instrumental da religião, que afrontava a tradição francesa de que o Estado era parte de uma ordem divina, os *politiques* investiam numa visão dos assuntos públicos que aos poucos foi acumulando adeptos em torno da ideia de um poder de Estado concentrado em si mesmo, em seu desenvolvimento, com o auxílio de todos os recursos disponíveis<sup>27</sup>. O duelo entre o *homo politicus* e o governante cristão levou Estienne Pasquier a lamentar que, para ser considerado capaz, um homem devesse se tornar maquiaveliano (*Nos Rois qui ont appris à machiaveliser*)<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> KELLEY, *Murderous Machiavel in France: A Post Mortem*. p. 548.

<sup>25</sup> Sobre a relação entre Bodin e Maquiavel, e a análise dessa relação feita por Meinecke e Gramsci, cf. QUARTIM DE MORAES, *A justificação do tiranicídio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana*.

<sup>26</sup> BEAME, *The Use and Abuse of Machiavelli: The Sixteenth-Century French Adaptation*. p. 40.

<sup>27</sup> FIGGIS, *Political Thought from Gerson to Grotius: 1414–1625: Seven Studies*. pp. 76-77.

<sup>28</sup> Citado por BEAME, *The Use and Abuse of Machiavelli: The Sixteenth-Century French Adaptation*. p. 52.

A repetitiva associação com os *politiques* levou autores como François de Gravelle (*Politiques Royale*, 1596) a fazer a conexão, de resto óbvia para os autores da Liga Católica, com a ideia proveniente da *ragion di Stato*, a qual presumia na tolerância um mecanismo de fortalecimento do Estado francês. Essa posição encontrou no Chanceler L'Hôpital a defesa de uma prudência natural que compreende a necessidade do momento, sacrificando a unidade religiosa pelo bem do Estado<sup>29</sup>. O que devia incomodar o rei não era uma questão de *constituenda religione, sed de constituenda republica*<sup>30</sup>. Apesar de toda essa miscelânea, desde o início a literatura antimachiaveliana na França foi marcada por um forte sentimento afirmativo, em que livros e panfletos ao mesmo tempo em que protestavam também assumiam a função de redefinir os conceitos e obrigações relativas ao governo. Foi por esse caminho que as reações negativas à Maquiavel influenciaram o gênero (positivo) da razão de Estado e definiram os rumos da literatura político-filosófica estatista no início da era moderna.

### III – A ascensão do estatismo: escondido sob as dobras de Tácito

A proximidade dos conflitos da Guerra dos Trinta Anos acirrou as discussões sobre o poder no início do século XVII. Pressionados pela perseguição da Inquisição, os maquiavelistas não podiam tratar abertamente dos assuntos contemporâneos citando Maquiavel. Além disso, para os cristãos mais convictos parecia não haver meios de conciliar o rigor do controle governamental de *O Príncipe* com a legitimação religiosa da soberania. A evocação a autores antigos como Tácito surgiu como uma solução interessante, dada a proximidade teórica entre os dois.

O historiador florentino Scipione Ammirato foi o primeiro autor a adaptar o tipo de discurso usado por Tácito aos moldes políticos propostos por Maquiavel. Bastante conservador, Ammirato via no desejo de crescimento e na ânsia pelo poder os riscos de empreendimentos que poderiam levar um Estado à falência, como no caso da Invencível Armada de Filipe II<sup>31</sup>. Entre as máximas da *buona ragion di Stato* estabelecidas por Ammirato, é central a noção de que o arbítrio derogatório do príncipe não deve nunca ser utilizado a favor de interesses individuais; afinal, esse arbítrio não deve corresponder a outra demanda que não

---

<sup>29</sup> KAHN, *Reading Machiavelli: Innocent Gentillet's Discourse on Method*. p. 552. Sobre a posição paradoxal de Gentillet em acusar Maquiavel de concentrar excessivo poder nas mãos do rei (que pode levar à tirania) e mesmo assim ele próprio se manter um defensor do absolutismo, cf.: D'ANDREA, *The Political and Ideological Context of Innocent Gentillet's Anti-Machiavel*.

<sup>30</sup> BEAME, *The Use and Abuse of Machiavelli*. p. 53.

<sup>31</sup> MEINECKE, *L'idée de la raison d'État dans l'histoire des temps modernes*. p. 68.

seja imposta pela organização do próprio Estado<sup>32</sup>. A ideia de Ammirato foi adaptada aos territórios germanos por meio de noções jurídicas, como a concepção do jurista e professor Arnold Clapmar (1574-1604) de *jus dominationis*, a qual concede ao soberano o direito de se sobrepor ao *jus comune seu ordinarium* em nome do interesse público. Clapmar evita o modo franco como Maquiavel expõe sua doutrina, verdadeira “*flagitia dominationis*” em oposição à obediência que o príncipe deve às exigências dos “*arcanis rerum publicarum*”, seja aplicando os meios necessários para garantir e conservar a forma do Estado (*arcana imperii*), seja para proteger e manter o poder do príncipe (*arcana dominationis*).

A tradição tacitista na qual Clapmar se inspirou teve origem no neoestoicismo de Justus Lipsius (1547-1606) e seu influente *Politicorum libri sex*. Essa foi uma maneira de discutir as ideias modernas sobre o poder de Estado sem ter que citar Maquiavel<sup>33</sup> e ao mesmo tempo se livrar do humanismo ciceroniano e dos entusiasmos provocados pelas rivalidades religiosas<sup>34</sup>. Mas talvez tenha sido Montaigne o mais enfático dos autores da segunda metade do século XVI a investir na mudança radical de atitude moral contra a retórica humanista, numa associação apontada por Richard Tuck entre o ceticismo pirroniano e o estoicismo do pensador francês<sup>35</sup>. Tanto Montaigne quanto Lipsius admitiram, estoicamente, ser um dever do cidadão seguir a religião estabelecida pela lei, e a falta de uniformidade religiosa um convite ao conflito<sup>36</sup>. Da mesma forma e intensidade com que Lipsius deixou claro no quarto livro do *Politicorum* o fato de que o governante deve abrir mão do honesto quando for necessário (apenas para preservar o poder, nunca para expandi-lo), Montaigne dedicou ao assunto o ensaio *Do útil e do honesto*, numa clara associação com os princípios da razão de Estado.

Ceticismo, tacitismo e estoicismo se combinariam numa estranha associação em que os dois pensadores, Lipsius e Montaigne, dividiram suas agruras no caos das guerras de religião do século XVI. Essa atmosfera conturbada deu origem, ao mesmo tempo, a uma profunda convicção de impotência do indivíduo e uma devoção a mecanismos de controle da instabilidade que investiam sobre essa impotência, tornando bastante aceitáveis as noções em construção de coerção soberana. Esse tipo de orientação em direção aos problemas concretos do governo também pode ser encontrada nas obras dos teóricos católicos Adam Contzen

---

<sup>32</sup> Livro III, Discurso IX, *Discorsi sopra Cornelio Tacito* (1607). Citado em SARUBBI; SCUDIERI, *I teorici della ragion di Stato – Mito e realtà*. p. 76. Mattei escreve sobre a razão de Estado como destituição das regras ordinárias em *Il problema della “ragion di Stato” nell’Età della controriforma*. “L’Ammirato e la ragion di Stato come ‘deroga’”. p. 93.

<sup>33</sup> Cf. WEBER, *What a Good Ruler Should Not Do - Theoretical Limits of Royal Power in European theories of absolutism 1500-1700*. p. 900.

<sup>34</sup> SALMON, *Cicero and Tacitus in Sixteenth-Century France*. p. 326.

<sup>35</sup> TUCK, *Philosophy and government, 1572-1651*. p. 49.

<sup>36</sup> SALMON, *Cicero and Tacitus in Sixteenth-Century France*. p. 327.

(1571-1635), Herman Conring (1606-1681) e Johan Franz Buddaeus (1667-1729), mas sem obstar um crescimento gradual pelo interesse teórico do contexto político, de cuja compreensão da lei natural por Hugo Grotius (1583-1645) é um grande exemplo.

As pressões materiais e a necessidade de fortalecer as estruturas estatais aos poucos convencem os franceses, que chegam a cristianizar o tacitismo ou apelar ao princípio da dualidade moral para justificar os atos anticristãos dos homens de Estado (Cerizier, Achille de Harlay, Amelot de la Houssaye). Com Amelot de la Houssaye, Maquiavel e Tácito estão reunidos num ponto capital: "*dans les circonstances critiques, les Princes doivent tout mettre en œuvre pour sauver l'État*"<sup>37</sup>.

Apesar da enorme recepção positiva de Tácito na França, a oposição ao historiador romano esteve carregada de uma repressão antiga, viciada pela fama do nome de Maquiavel. À medida que Tácito servia aos propósitos absolutistas, as lembranças da política florentina acirravam os ânimos. O tacitismo era sinônimo tanto de maquiavelismo quanto de antimachiavelismo, caracterizado pela tentativa de conciliar política e moral. Tácito era propagado como símbolo de uma postura moralista frente ao poder tomado como razão de Estado, permitindo esconder a adesão às doutrinas de Maquiavel, evitando, com os *Anais*, a citação às obras do florentino. Por outro lado, essa também era uma forma de evitar, na Itália, a pressão da Inquisição e continuar a divulgação das ideias maquiavelianas. Na análise de Franco Barcia, Maquiavel pôde continuar sua carreira na Europa através de Tácito<sup>38</sup>. Embora alguns autores como Juan de Mariana recomendassem a leitura de Tácito para a formação de um bom príncipe, por ser bom observador da arte e dos problemas do governo, opiniões contrárias eram muito mais frequentes por parte dos *politiques chrétiennes* que, como Mugnier, não toleravam o historiador de "Tibério, o pai dos ateus". Ainda assim, Molinier conseguiu separar um Tácito moralista – aquele que pugna pela duração do império com base no respeito à justiça praticada pelo povo-rei – de outro, realista e, portanto, maquiavelista.

Na esteira da influência do maquiavelismo, a avalanche de panfletos que registraram os calorosos debates durante os conflitos político-religiosos na França nos séculos XVI e XVII esteve longe de ignorar ou de aceitar como imoral o novo princípio de governo segundo as diretrizes da razão de Estado. Muitos escritores assumirão a razão de Estado e a justificarão, seja aceitando a negação da moral em nome do interesse geral, seja vendo nela um princípio político positivo<sup>39</sup>. O contexto será marcado então pela cristalização da palavra "*État*", permitindo à autoridade secular a criação de um símbolo revestido de uma personalidade

---

<sup>37</sup> THUAU, *Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu*. p. 43.

<sup>38</sup> BARCIA, *Tacito e tacitismi in Italia tra Cinquecento e Seicento*. p. 52.

<sup>39</sup> THUAU, *Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu*. p. 166.

abstrata e que se pode opor à Igreja e ao poder familiar e privado dos nobres – a era dominada por aquilo que os críticos do cardeal Richelieu viriam a denominar de o *règne de ce Dieu mortel*<sup>40</sup>.

#### IV – Conclusão: a sociedade de Estados entre a palavra dada e a dura realidade dos fatos

A difusão do pensamento de Maquiavel no primeiro século e meio após a publicação de *O Príncipe* foi, como visto, diversa e conflituosa. Sem dúvida, o vocabulário político moderno surgiu em torno das discussões sobre as premissas propostas no texto maquiaveliano. É difícil definir se tais inovações são decorrentes mais do texto do que do conjunto de reações calorosas ao *specula* maquiaveliano – sem perder de vista a enorme influência dos conflitos que dominavam a mentalidade do quinhentos e do seiscentos na Europa central. Para analistas contemporâneos como Mesnard e Meinecke, Pocock, Skinner, Viroli, Vasoli e Harvey Mansfield, é possível discernir um “momento maquiaveliano” “revolucionário” causador de uma profunda ruptura na Idade Média, inaugurando a modernidade política. Michel Foucault, indo mais longe do que analistas tradicionais do pensamento de Maquiavel, afirmou que o próprio surgimento do Estado é uma consequência das especulações sobre a melhor tecnologia governamental (arte de governar) que emergem no decorrer das reações a *O Príncipe*. Ou seja, para Foucault, não se trataria de ver nessa obra o esboço de uma teoria política da soberania ou do Estado; para estudar a modernidade política, deve-se colocar em questão a forma como ela foi usada para definir os termos da discussão que levaria ao surgimento da teoria política moderna<sup>41</sup>.

A título de conclusão do presente estudo, um exemplo bastante ilustrativo acerca das transformações nas relações de poder promovidas pela capacidade adaptativa e construtiva propiciada pela leitura de *O Príncipe* pode ser encontrado na obra do advogado radicado em Londres Alberico Gentili (1552-1608). Primeiro intérprete secular do direito internacional, Gentili nasceu no Norte da Itália em 1552, em San Genésio, uma pequena cidade na região de Ancona. *Regius Professor*, ele reuniu três livros em um só, completando sua obra-prima *De Jure Belli*<sup>42</sup>, texto que somado ao seu *De legationibus* e à *Hispanica Advocatio* formam a base de seu legado jurídico-filosófico. Gentili foi um verdadeiro apreciador de Maquiavel e do método indutivo de Bacon, com quem conviveu, e um inteligente analista dos fatos mais relevantes de seu tempo e da forma como exigiam a criação de novos institutos jurídico-

---

<sup>40</sup> Citado em ASCH, *The thirty years war - The Holy Roman Empire and Europe, 1618-48*. p. 119.

<sup>41</sup> FOUCAULT, *Securité, territoire et population*.

<sup>42</sup> BOBBITT, *The shield of Achilles – war, peace and the course of history*. p. 459.

políticos para mediar os conflitos entre os Estados nascentes<sup>43</sup>. Chegou a considerar Maquiavel, após a leitura dos *Discorsi*, um verdadeiro *democratiae laudator* (*De legationibus*, III,g)<sup>44</sup>, mas defendia *O Príncipe*, tendo sido um dos responsáveis pela interpretação deste como espelho para os *governados*, ou seja, como descrição das realidades secretas do governo – definição esta que viria a refletir em Diderot, Rousseau e Alfieri. Provavelmente sob a influência da leitura de *O Príncipe* Gentili tenha consagrado seu relativismo moral numa ruptura com a tradição escolástica ao defender que uma guerra pode ser justa para ambas as partes. Sua mais significativa contribuição para o direito das nações, entretanto, é seu princípio de que um tratado só será válido desde que as condições dentro do qual vigora não sofram alterações consideráveis<sup>45</sup>.

Essa doutrina, das famosas *clausula rebus sic stantibus*, inspirada no capítulo XVIII de *O Príncipe* (o direito de retirar a palavra dada), ainda é muito utilizada em direito internacional e no direito civil, e completa a doutrina *pacta sunt servanda*. Enquanto esta estende as determinações dos tratados para além da pessoa do príncipe ou signatário, aquela (*clausula rebus*) habilita os Estados a se comportarem conforme seus próprios interesses, e não como uma questão de obrigações morais pessoais. O pragmatismo das *clausula rebus* tornou possível a aceitação da *ragion di stato*, de inspiração maquiaveliana, pela sociedade de Estados nascentes, porque provou que as ideias do polêmico italiano não eram uma especulação sem fundamento sólido, mas tinham a ver com a natureza própria das relações que condicionam a existência dos Estados.

O maquiavelismo engendrou, assim, várias teorias sobre a justificação do poder e sobre as tecnologias governamentais, tanto quanto serviu de fundamento para reformular as definições medievais a respeito da jurisdição civil e eclesiástica abalando as fundações do sistema feudal. O realismo decorrente da percepção histórica de um mundo aberto a transformações e insubmisso aos controles então existentes exigiu novas codificações para o uso e engrandecimento do poder que somente foram possíveis em razão das premissas abertas pela percepção correta de Maquiavel acerca daquelas mutações em andamento. *O Príncipe* é, dessa forma, um livro nascido do conhecimento profundo de lições históricas, como o caos que levou ao colapso da república romana e a urgência de defender a estabilidade e a independência da pequena *communitas* florentina em meio às crises abertas pela invasão da península pelo rei Carlos VIII em 1498, inaugurando, com seus canhões móveis que derrubaram muralhas milenares em breves instantes, a era dos grandes poderes de Estado.

---

<sup>43</sup> Dados biográficos e detalhes sobre as obras de Gentili em SALINAS, *Estudios de derecho internacional público*. p. 49.

<sup>44</sup> SALINAS, *Estudios de derecho internacional público*. p. 48.

<sup>45</sup> BOBBITT, *The shield of Achilles – war, peace and the course of history*. p. 460.

Nas décadas seguintes, ao longo de todo o século XVII, a literatura sobre Maquiavel continuará engendrando enorme profusão de novas teorias sobre o poder e o governo. O vocabulário da razão de Estado e do maquiavelismo impulsionará as reformas a favor do realismo e do secularismo do fim da Guerra dos Trinta Anos, e seus autores continuarão divididos entre aqueles que discutem a justificação do poder e aqueles que buscam o aperfeiçoamento das técnicas governamentais. Aos poucos, a linguagem política do contratualismo irá colocar fim à centralidade da polêmica em torno do maquiavelismo, realocando a discussão sobre o poder entre os teóricos políticos debruçados sobre a teoria do contrato e o direito natural – momento em que, para Montesquieu, os pensadores políticos estariam “curados do maquiavelismo”<sup>46</sup>. Para muitos, contudo, o contratualismo significou apenas uma nova forma de dissimulação dos arcanos do poder, cabendo sempre o recurso ao texto maquiaveliano para livrar o cidadão da ilusão consentida. Esse é mais um dos motivos pelos quais, quinhentos anos após a publicação de *O Príncipe*, o livro não deixa de despertar paixões e de desafiar nossa capacidade de entendimento sobre o que, de fato, pensamos saber sobre a natureza e o exercício do poder.

#### **PHILOSOPHICAL CONSIDERATIONS ABOUT READING AND DISSEMINATION OF *THE PRINCE* IN EARLY MODERN ERA**

*Abstract:* *The Prince* is a political text founder of modernity. Its disclosure was so controversial that it is quite difficult to have an exact idea about Machiavelli's own ideas regarding the purpose of his work. Created from the repercussions to the text of the Florentine thinker, the concept of *Machiavellianism* identifies the modern political thought in such a way that the emergence of the terms *sovereign* and *state* joined him almost interchangeably. In this article, I will examine some of the key reactions to *The Prince* to show the genesis of Machiavellianism in the backdrop of interpretative conflicts in dispute in the boiling of the modern state. My goal is to support the thesis that the thought of Machiavelli was critical to the ruptures that led to political modernity, regardless of his real intentions.

*Keywords:* The Prince – Machiavellianism – sovereign – state – disclosure

---

<sup>46</sup> THUAU, *Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu*. p. 334.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCH, Ronald. *The thirty years war - The Holy Roman Empire and Europe, 1618-48*. USA: Palgrave, 1997.

BARCIA, Franco. Tacito e tacitismi in Italia tra Cinquecento e Seiscento. In: SUPPA, Silvio. *Tacito e tacitismi in Italia da Machiavelli a Vico. Teoria e storia della ragion di Stato*. Quaderno 3. Napoli: Archivio della Ragion di Stato – Adarte, 2003. pp. 43-58.

BEAME, Edmond M. The Use and Abuse of Machiavelli: The Sixteenth-Century French Adaptation. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 43, No. 1. (Jan. - Mar., 1982), pp. 33-54.

BOBBITT, Philip. *The shield of Achilles – war, peace and the course of history*. Penguin Books: New York, 2002.

BOTERO, Giovanni. *Della ragion di Stato*. Roma: Donzelli editore, 1997.

D'ANDREA, Antonio. The Political and Ideological Context of Innocent Gentillet's Anti-Machiavel. *Renaissance Quarterly*, Vol. 23, No. 4. (Winter, 1970), pp. 397-411.

\_\_\_\_\_, The Last Years of Innocent Gentillet: 'Princeps Adversariorum Machiavelli'. *Renaissance Quarterly*, Vol. 20, No. 1. (Spring, 1967), pp. 12-16.

DELLA CASA, Giovanni. *Orazione scritta a Carlo V Imperatore intorno alla restituzione della città di Piacenza*. Ricciardi, Milano, 1960 [edição digital de 15 de maio de 2007]. Disponível em: <http://bivio.signum.sns.it/bvWorkTOC.php?authorSign=DellaCasaGiovanni&titleSign=OrazioneScrittaACarloV>]. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

DONALDSON, Peter Samuel. *Machiavelli and mystery of state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

FIGGIS, John Neville. *Political Thought from Gerson to Grotius: 1414–1625: Seven Studies*. Canadá: Batoche Books, Kitchener, 1999.

FIRPO, Luigi. *Scritti sul pensiero politico del Rinascimento e della Controriforma*. Torino: Utet Libreria, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire et population*. Cours au Collège de France (1977-1978). Édition établie sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Michel Senellart. Paris: Gallimard, Seuil, 2004.

GENTILLET, Innocent. *Discours sur les moyens de bien gouverner et maintenir en bonne paix un Royaume ou autre Principauté. Contre Nicolas Machiavel Florentin*. Genève: Broz, 1968.

GILBERT, Felix. Machiavelli and Guicciardini. *Journal of the Warburg Institute*, Vol. 2, No. 3. (Jan., 1939), pp. 263-266.

GUICCIARDINI, Francesco. Dialogo del reggimento di Firenze. p. 230-231. *A cura de Gian Mario Anselmi e Carlo Varotti*. Bollati Boringhieri: Torino, (1994) 2006.

\_\_\_\_\_. Se sia lecito condurre el populo alle buone legge con la forza non potendo farsi altrimenti. In: *Scritti politici e Ricordi*. Collezione: Scrittori d'Italia. Bari: G. Laterza Editore, 1933 [Edição eletrônica de 2000].

HASLAM, Jonathan. *A necessidade é a maior virtude – o pensamento realista nas relações internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KAHN, Victoria. Reading Machiavelli: Innocent Gentillet's Discourse on Method. *Political Theory*, Vol. 22, No. 4. (Nov., 1994), pp. 539-560.

KELLEY, Donald R. Murd'rous Machiavel in France: A Post Mortem. *Political Science Quarterly*, Vol. 85, No. 4. (Dec., 1970), pp. 545-559.

LUCIANI, Vincent. Guicciardini and the Risorgimento. *Italica*, Vol. 18, No. 4. (Dec., 1941), pp. 186-192.

MATTEI, Rodolfo De. *Il problema della "ragion di Stato" nell'Età della controriforma*. Milano – Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1979.

MÉCHOULAN, Henri. La raison d'État dans la pensée espagnole au siècle d'Or, 1550-1650. In: ZARKA, Yves Charles [org]. *Raison e déraison d'État. Théoriciens et théories de la raison d'État aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

MEINECKE, Friedrich. *L'idée de la raison d'État dans l'histoire des temps modernes*. Traduit de l'allemand par Maurice Chevallier. Geneva: DROZ, 1973.

MESNARD, Pierre. *L'essor de la philosophie politique au XVI<sup>e</sup> siècle*. Troisième édition. Paris: Vrin, 1977.

ORSINI, Napoleone. "Policy": Or the Language of Elizabethan Machiavellianism. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 9. (1946), pp. 122-134.

PARKIN, John. Machiavellism in Etienne Pasquier's "Pourparler du Prince". *The Modern Language Review*, Vol. 68, No. 3. (Jul., 1973), pp. 530-544.

POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian moment – Florentine Political thought and the Atlantic republican tradition*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, [1975] 2003.

QUARTIM DE MORAES, J. *A justificação do tiranicídio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana*. Coleção Primeira Versão, IFCH/UNICAMP. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993.

RIBADENEYRA, Pedro de. *Le Prince Chrestien*. Paris: Fayard, 1996.

SALINAS, S. C. *Estudios de derecho internacional público*. INSTITUTO DE INVESTIGACIONES JURÍDICAS - Serie H, Núm. 14. Universidad Nacional Autónoma de México. ISBN 968-837-855-0. pp 41-54.

SALMON, J. H. M. Cicero and Tacitus in Sixteenth-Century France. *The American Historical Review*, Vol. 85, No. 2. (Apr., 1980), pp. 307-331.

SARUBBI, Antonio; SCUDIARI, Pasqualina. *I teorici della ragion di Stato – Mito e realtà*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2000.

SENEILLART, M. *Machiavélisme et raison d'État – XII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Presses Universitaire de France, 1989.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Martins fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

TIERNEY, Brian. Natural Law and Natural Rights - Old Problems and Recent Approaches. *The Review of Politics*, Vol. 64, No. 3. (Summer, 2002), pp. 389-406.

TUCK, Richard. *Philosophy and government, 1572-1651*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VASOLI, Cesare. Machiavel inventeur de la raison d'État? In: ZARKA, Yves Charles [org]. *Raison e déraison d'État. Théoriciens et théories de la raison d'État aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

WEBER, Wolfgang. What a Good Ruler Should Not Do - Theoretical Limits of Royal Power in European theories of absolutism 1500-1700. *Sixteenth Century Journal*, Vol. 26, No. 4. (Winter, 1995), pp. 897-915.

WHITFIELD, J. H. The Politics of Machiavelli. *The Modern Language Review*, Vol. 50, N° 4. (Oct., 1955), pp. 433-443.

YHARRASSARRY, Julián Viejo. “Contra políticos ateistas”. Razón católica y monarquía hispánica en la segunda mitad del siglo XVII. In: BORRELLI, Gianfranco [A cura di]. *Prudenza civile, bene comune, guerra giusta. Percorsi della ragion di Stato tra seicento e settecento. Teoria e storia della ragion di Stato*. Quaderno 1. Napoli: Archivio della Ragion di Stato – Adarte, 1999.